

Traços e tendências recentes da expansão das favelas no município do Rio de Janeiro

Recent outlines and trends of expansion of the favelas within the municipality of Rio de Janeiro

Valéria Grace Costa

Doutoranda da Universidade de São Paulo,
geógrafa da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
E-mail: valgracecosta@yahoo.com.br

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo avaliar a expansão das favelas no município do Rio de Janeiro, assim como alguns dos principais traços e tendências deste processo nas três últimas décadas. O período abordado situa-se entre 1980 e 2005 e a unidade básica de análise são as Áreas de Planejamento estabelecidas pela Prefeitura do Rio de Janeiro. A análise é feita com base nas informações do órgão de planejamento da cidade, assim como de outros trabalhos que analisam a dinâmica das favelas. O direcionamento das favelas para a periferia do município e a crescente ocupação da sua maior Unidade de Conservação, assim como outros aspectos levantados no texto, contribuem para evidenciar a complexidade que envolve a dinâmica populacional da cidade, da qual a mobilidade residencial para as favelas constitui ainda um de seus principais componentes.

Palavras-chave: favelas; Rio de Janeiro; periferia

SUMMARY:

The present article has the objective of assessing the expansion of the favelas – shantytowns – in the municipality of Rio de Janeiro, as well as some of the major outlines and trends of this process over the last three decades. The period under study ranges from 1980 to 2005 and the basic unit used for analysis are the Urban Planning Areas determined by the Rio de Janeiro City Hall. The analysis shall be made using the information obtained from the city's planning office, as well as other work that have analysed the dynamics of the favelas. The shift of the favelas to the city outskirts and the increasing occupation of its largest environmental Conservation Unit, together with some other aspects considered in the text, contribute to demonstrate the complexity of the issues involving the population dynamics of the city, with one of its major factors remaining the growth of the favelas.

Key words: favelas; Rio de Janeiro; suburbs

* A produção deste artigo teve a colaboração da professora Suzana Pasternak, orientadora da Tese de Doutorado em andamento.

Introdução

Este artigo tem por objetivo avaliar a expansão das favelas no município do Rio de Janeiro, assim como alguns dos principais traços e tendências deste processo na atualidade.

A favela, embora existente desde 1897, somente a partir de 1930 passa a se constituir a principal alternativa habitacional para os migrantes e parcela da população de baixa renda, aspecto associado ao processo de industrialização corrente nos países subdesenvolvidos. Deste momento em diante, essa forma de habitação adquire maior expressão no espaço carioca, vindo a se impor e a se expandir nas décadas seguintes.

O maior interesse institucional pelas favelas também é verificado pela realização de censos, tanto pela Prefeitura do Rio de Janeiro, por intermédio do Departamento de Geografia, em 1948, como pelo Serviço Nacional de Recenseamento (1), em 1950, quando é realizada a primeira pesquisa sobre o tema pela instituição e surge a primeira definição operacional de favela.

O aumento da migração nos anos seguintes é também um elemento adicional à contínua expansão que se verifica na cidade, limitada somente a partir de meados da década de 1960, quando o Estado adota a política de erradicação de algumas favelas e posterior remoção.

Durante a década de 1980, há uma retomada no processo de expansão de favelas no município, relacionada, em grande parte, ao período mais democrático, caracterizado por maior tolerância e interesse do poder público, os quais são demonstrados pela preocupação da Prefeitura, a partir da década de 1980, no reconhecimento das favelas existentes, por meio de uma sistemática quantificação. O trabalho do órgão de planejamento do município envolveu a atualização do cadastro de favelas, incluindo mapas elaborados baseados em levantamentos aerofotográficos. Tal expansão também esteve associada à crise econômica desencadeada no período, caracterizando-o como a década perdida.

A Tabela 1, a seguir, apresenta a evolução da população residente em favelas no município do Rio de Janeiro, a partir de 1950:

TABELA 1 Crescimento da População Residente em Favelas no Município do Rio de Janeiro (1950-2000)

Ano	População em favelas	Taxa de crescimento anual (%)	Participação na população total (%)
1950	169.305	-	-
1960	335.063	7,06	10,26
1970	565.135	5,37	13,30
1980	628.170	1,06	12,30
1991	876.761	3,08	16,10
2000	1.092.476	2,47	18,60

Fonte: IBGE, Censos Demográficos (1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000).

Aspectos como a desaceleração do processo de favelização na década de 1970 e a retomada do crescimento na década de 1980, apresentados na Tabela 1, reforçam os comentários feitos anteriormente(2).

A análise está sendo realizada com base nos dados do cadastro de favelas da Prefeitura do Rio de Janeiro, de trabalhos disponíveis no seu site(3), entre outros, que examinam a dinâmica das favelas na cidade.

De acordo com o cadastro de favelas da Prefeitura do Rio de Janeiro, elas são definidas como “áreas com características dominantes de invasão na época de sua ocupação e falta do título de propriedade da terra” (Cadastro de Favelas, 1983). Neste conceito, ao contrário do utilizado pelo IBGE, não há referência quanto ao número mínimo de domicílios. Esse é um dos critérios que contribuíram para uma subestimação em relação aos resultados do IBGE(4).

A partir da década de 1990, a Prefeitura tem atuado em conjunto com o IBGE no sentido de aproximação dos resultados. Segundo o IBGE,

“as favelas, mocambos, palafitas e assemelhados são agrupamentos constituídos por um ou mais setores especiais do tipo aglomerado subnormal constituído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais” (Censo Demográfico: manual do recenseador, 1990).

Até o ano 2000 o IBGE, além de delimitar os setores de aglomerados subnormais, identificava em sua base de dados os agrupamentos formados pelos mesmos setores, respeitando os termos utilizados regionalmente como favela, mocambo, palafita, vila, entre outros. Ainda na base de dados do IBGE(5), cada agrupamento recebia um código e um nome, respeitando a designação local. Nos últimos anos, tanto o IBGE como algumas prefeituras tendem a privilegiar a utilização do termo aglomerado subnormal como sinônimo de favelas, buscando uniformizar a nomenclatura e evitar possíveis equívocos que a utilização genérica do termo “favela” possa provocar.

No caso do artigo em pauta, a opção por privilegiar a utilização do termo favela é justificada, por um lado, pelo seu predomínio nos documentos objetos de análise e, por outro, por constituir o nome mais utilizado e reconhecido pela população do Rio de Janeiro para designar tais áreas informais.

Para apreciação das tendências do processo de favelização no município do Rio de Janeiro, será considerado o período compreendido entre 1980 e 2005, dividido em duas partes. Na primeira parte, será abordada a década de 1980; na segunda, o período compreendido entre 1990 e 2005.

Caracterização do período 1980-1990

A década de 1980 representou um período de considerável crescimento das favelas no município do Rio de Janeiro, conforme vimos anteriormente na Tabela 1, de acordo com os dados do IBGE. A preocupação com a quantificação e o mapeamento das favelas por parte do Instituto de Planejamento da Prefeitura também foi aspecto marcante no período, cujo reflexo se fez aparente pela quantidade de documentos e materiais produzidos pela mesma administração. A análise em detalhe das informações por Área de Planejamento reflete esse cuidado, e será utilizada como base deste artigo.

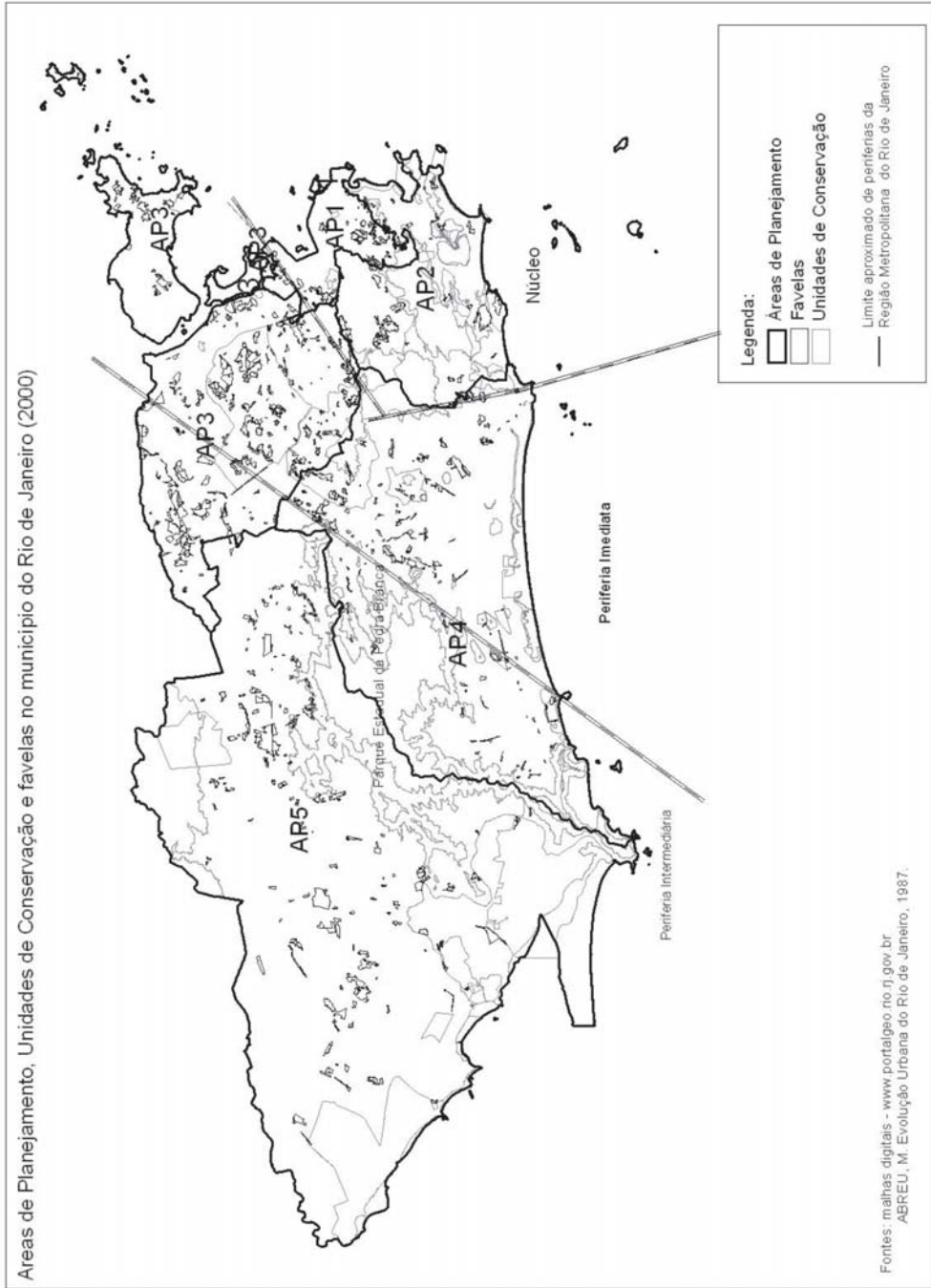
A divisão administrativa do Rio de Janeiro compreende as áreas de Planejamento, as regiões administrativas e os bairros, reconhecidos legalmente pela Prefeitura da cidade. A divisão geográfica da cidade também é muito utilizada como referência de localização: Centro, Zona Sul, Zona Norte e Zona Oeste.

O município está dividido em cinco áreas de Planejamento, que são numeradas de 1 a 5, conforme representadas no Mapa 1. Em linhas gerais, a AP 1 representa o Centro e sua periferia, como São Cristóvão e Rio Comprido; a AP 2, envolve as regiões administrativas e bairros da Zona Norte, como Tijuca e Vila Isabel e de toda a Zona Sul, representada pelas regiões de Botafogo, Lagoa e Copacabana; a AP 3, os bairros da Zona Norte desde o Méier até a zona suburbana da Leopoldina(6), como Bonsucesso, Ramos e Penha; a AP 4, compreende parte da Zona Oeste, representada pela Barra da Tijuca e por Jacarepaguá; e a AP 5, pelos demais bairros da Zona Oeste, como Campo Grande e Guaratiba (ver também a Tabela 3, que traz as áreas de Planejamento com as regiões administrativas).

A própria numeração já indica a localização de cada AP, bem como o histórico do processo de ocupação do município. Assim, a numeração iniciada na área mais central constitui a primeira Área de Planejamento (AP 1), seguindo em ordem crescente até a periferia mais distante do município, que recebe a designação de AP 5. Em geral, a numeração de 1 a 5 também mostra a sequência da ocupação das áreas mais antigas (APs 1, 2, 3) e consolidadas às áreas de ocupação mais recentes e em franco processo de expansão (APs 4 e 5). Tal numeração segue, de certa forma, o padrão núcleo-periferia da Região Metropolitana considerado por Abreu (1987), o qual se subdivide em núcleo, periferia imediata, periferia intermediária e periferia distante. Na área do município, encontram-se representados o núcleo, a periferia imediata e a periferia intermediária, conforme o Mapa 1. A periferia distante corresponde aos demais municípios que fazem parte da região metropolitana. Desta forma, em linhas gerais, a AP 1 e a AP 2 estariam predominantemente situadas no núcleo, a periferia imediata comportaria majoritariamente a AP 3 e parcialmente a AP 4, e a periferia intermediária, parte da AP 4 e toda a AP 5.

Um dos trabalhos realizados pelo Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro (IplanRio)(7), e que será objeto desta análise, diz respeito à delimitação espacial das favelas do município do Rio de Janeiro (1992). Nele, foram avaliadas as transformações que

Mapa 1



ocorreram entre 1980 e 1990, tomando como base o cadastro existente em 1990. Com base em um levantamento aerofotográfico e mapeamento em detalhe de cada favela, as 460 favelas que existiam em 1980 foram classificadas nas seguintes situações: expansão, adensamento, expansão e adensamento simultâneos. As outras, classificadas como novas, surgiram entre 1980 e 1990, totalizando 545 em 1990.

Considerou-se como expansão quando os antigos limites deixaram de ser reais, ou seja, foram extrapolados. O adensamento foi verificado quando os vazios internos aos antigos limites haviam sido ocupados. Neste caso, apenas o adensamento horizontal foi apreciado. Houve ainda aquelas áreas que apresentaram as duas situações e outras onde não foram verificados nem adensamento nem expansão.

A Tabela 2 mostra a distribuição das favelas por áreas de Planejamento e o percentual de cada situação em relação ao total daquelas existentes em 1990 em cada área de Planejamento. A informação nos leva a constatar que a AP 3 se sobressai em todos os tipos representados no estudo realizado pelo IplanRio, pois foi a região que apresentou maior expansão, adensamento, expansão e adensamento simultâneos, assim como o maior número de novas favelas no período. Possuía, em 1990, quase a metade do número total de favelas do município (cerca de 47%), correspondendo a 260 favelas em um total de 545.

Convém considerar, no entanto, que a AP 3 corresponde à Área de Planejamento com maior número de regiões administrativas. Entre as 26 regiões administrativas, nove faziam parte dessa Área de Planejamento, conforme apresentadas na Tabela 3. No município, representa também uma área de ocupação antiga e consolidada, além de possuir a maior população em relação às demais, correspondente a 2.323.990 habitantes em 1991 (ver Tabela 8) e 42,40% da população total.

A importância das APs 4 e 5, situadas na Zona Oeste e na periferia do município, também é significativa no que diz respeito aos mesmos incrementos. Trata-se, no entanto, de uma área de ocupação mais recente. Se considerarmos os números relativos, obtidos através do número de novas favelas no período, conforme observado na Tabela 2, fica

Tabela 2: Total e Percentual de Favelas Cadastradas em 1990 que Expandiram, Adensaram e Surgiram entre 1980 e 1990 nas Áreas de Planejamento do Município do Rio de Janeiro

Área de Planejamento	Expansão		Adensamento		Expansão e Adensamento		Não Adensaram e Não Expandiram		Novas		Total Em 1990	
	Nº A.	%	Nº A.	%	Nº A.	%	Nº A.	%	Nº A.	%	Nº A.	%
AP1	9	17,31	24	46,15	12	23,08	4	7,69	3	5,77	52	100,00
AP2	15	27,27	11	20,00	22	40,00	1	1,82	1	10,91	50	100,00
AP3	37	14,29	101	39,00	76	29,34	11	4,25	35	13,13	260	100,00
AP4	7	6,67	27	30,00	27	30,00	8	6,67	24	26,67	93	100,00
AP5	1	0	35	39,33	30	33,71	2	2,25	22	24,72	90	100,00
TOTAL	69	12,29	198	36,33	167	30,64	26	4,40	85	16,33	545	100,00

Fonte: Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro, 1992. Delimitação espacial das favelas do município do Rio de Janeiro.

evidente que o percentual de novas favelas, tanto da AP 4 como da AP 5, situadas na faixa de 26% e 24%, respectivamente, passa a ter um significado ainda maior se comparado com a AP 3, em patamar bem inferior, já que as novas favelas representavam 13% do total de favelas da AP 3. Tais resultados indicam que as duas áreas de planejamento situadas mais a oeste do município já constituíam, naquele momento, áreas mais dinâmicas quanto ao incremento de novas favelas, ao passo que a outra, representando a periferia imediata do centro urbano, encontra-se, de certa forma, mais suscetível ao adensamento e à expansão de suas áreas e com menor possibilidade de constituir áreas com capacidade de absorção de novas favelas, sobretudo se considerarmos que sua densidade de ocupação já é bastante elevada.

Se direcionarmos a análise da situação nas regiões administrativas, conforme apresentado na Tabela 3, identificamos que as áreas de maior adensamento foram Méier, Jacarepaguá e Bangu, localizadas respectivamente nas APs 3, 4 e 5.

Tabela 3
Expansão, Adensamento e Novas Favelas no Município do Rio de Janeiro (1980-1990)

Região Administrativa	Expansão	Adensamento	Expansão e Adensamento	Não Adensaram e não Expandiram	Novas	Total Em 1990
I Portuária	1	7	3	-	1	12
II Centro	-	-	-	-	-	-
III Rio Comprido	5	7	2	-	1	15
VII São Cristóvão	3	7	2	-	1	13
XXI Ilha de Paqueta	-	-	-	-	-	-
XXIII Santa Teresa	-	3	5	4	-	12
AP 1	9	24	12	4	3	52
IV Botafogo	3	4	6	-	-	13
V Copacabana	4	1	-	-	0	05
VI Lagoa	1	3	3	1	-	8
VIII Tijuca	6	1	6	-	-	13
IX Vila Isabel	1	2	7	-	1	11
AP 2	15	11	22	1	1	50
X Ramos	8	12	8	3	1	32
XI Penha	6	13	6	-	3	28
XII Inhaúma	3	12	6	2	10	33
XIII Méier	9	21	10	-	3	43
XIV Irajá	0	2	3	2	2	9
XV Madureira	5	14	18	-	9	46
XX Ilha do Governador	2	5	10	4	1	22
XXII Anchieta	1	6	5	-	5	17
XXV Pavuna	3	16	10	-	0	29
AP 3	37	101	76	11	35	260
XVI Jacarepaguá	1	17	19	2	21	60
XXIV Barra da Tijuca	6	10	8	6	3	33
AP4	7	27	27	8	24	93
XVII Bangu	1	19	21	2	19	62
XVIII Campo Grande	-	9	4	-	2	15
XIX Santa Cruz	-	6	4	-	1	11
XXVI Guaratiba	-	1	1	-	-	2
AP5	1	35	30	2	22	90
TOTAL	69	198	167	26	85	545

Entre as regiões administrativas onde houve maior expansão da área das favelas, situam-se Méier (AP 3), Ramos (AP 3), Tijuca (AP 2) e Barra da Tijuca (AP 4). No caso de expansão e adensamento simultâneos, encontram-se Bangu (AP 5), Jacarepaguá (AP 4) e Madureira (AP 3). As novas favelas surgiram com maior intensidade em Jacarepaguá (AP 4), Bangu (AP 5) e Méier (AP 3).

Todos os casos mencionados representam as áreas de Planejamento mais dinâmicas quanto ao processo de favelização, que são as APs 3, 4 e 5, tendência que deverá ser seguida nas décadas seguintes, conforme verificaremos ao analisar os dados da Prefeitura e do IBGE entre 1990 e 2005.

Tendências mais Recentes (1990 -2005)

Embora a década de 1980 tenha sido caracterizada, não só no Rio de Janeiro como em outras grandes cidades do país, pelo aumento da favelização, os dados relativos ao período posterior para a cidade mostram que tal crescimento continuou ocorrendo de forma mais veloz. Isto pode ser visualizado com base na Tabela 4, ao mostrar que entre 1980 e 1990 o número médio anual de novas favelas no município foi de 8,5 favelas e entre 1991 e 2005 chegou próximo a 14 favelas.

A distribuição deste crescimento por áreas de Planejamento fortalece a tendência apontada no período anterior de maior proliferação de favelas na periferia do município. A Tabela 4 mostra que, entre 1991 e 2005, o maior aumento anual de favelas ocorreu na AP 5, e, em seguida, na AP 4, ambas sobressaindo em relação à AP 3, que no período anterior apresentou, em relação às outras áreas, o maior crescimento anual de favelas.

Outro aspecto a destacar é a troca de posição entre a AP 3 e a AP 5 quanto ao crescimento do número de favelas, já que a AP 3 passa a ocupar o terceiro lugar, e a AP 5, que teve um

Tabela 4: Novas Favelas e Número Médio de Novas Favelas por Ano nos Períodos: (1980-1990) e (1991-2005)

Áreas de planejamento	Novas favelas	1980-1990		1991-2005		
		Número médio de novas favelas por ano	Total em 1990	Novas favelas	Número médio de novas favelas por ano	Total em 2005
AP 1	3	0,30	52	11	0,73	63
AP 2	1	0,10	50	2	0,13	52
AP 3	35	3,50	260	51	3,40	311
AP 4	24	2,40	93	57	3,80	150
AP 5	22	2,20	90	83	5,50	173
Total	85	8,50	545	204	13,67	750

Fontes: Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro, 1992. Delimitação espacial das favelas do município do Rio de Janeiro /RIO estudos. Coleção estudos da cidade, nº 233. Instituto Pereira Passos, 2006(8).

incremento de 5,5 favelas ao ano, passa ao primeiro lugar, inclusive em termos absolutos, cujo número de novas favelas quase quadruplicou, passando de 22 para 83 novas favelas.

Contudo, a AP 3 permanece com maior número de favelas, cerca de 40%, embora tenha desacelerado em relação ao período anterior, visto que representava 47% do total. O oposto ocorreu em relação às áreas de Planejamento 4 e 5, que, juntas, passaram da participação de 33% sobre o total, em 1990, a 43%, em 2005 (ver Tabela 10).

As áreas de Planejamento 1 e 2, mais centrais, correspondentes a Centro, Zona Sul e parte da Zona Norte, apresentaram um crescimento absoluto bem diferenciado das demais. Entre 1991 e 2005, na AP 2, surgiram duas favelas e, na AP 1, 11 novas favelas, representando um incremento de menos de uma favela por ano. As duas APs permaneceram com os menores números de novas favelas e com uma diferença significativa em relação às demais áreas de Planejamento.

Os dados de população, segundo o IBGE, ratificam tais tendências. Na AP 1, houve um decréscimo de população em favelas em torno de -1,14% anual, no período de 1991 a 2000, acompanhando a tendência de queda da população como um todo na mesma região, correspondente a -1,34%. Em todas as demais regiões houve crescimento da população em setores de favelas, conforme observado na Tabela 5, que traz as informações em separado das favelas e das áreas da cidade que não constituem favelas (9).

Os dados mostram que a AP 4, embora não tenha ficado em primeiro lugar quanto ao número de novas favelas, em relação à população das mesmas, foi a que mais cresceu de 1991 a 2000, chegando a 100% de incremento populacional em todo o período e de 8% anuais. Este fato indica que foram consideráveis tanto a expansão como a densificação das favelas já existentes. Por outro lado, a AP 5, que ficou em primeiro lugar quanto ao número de novas favelas, cujo total foi de 84 entre 1990 e 2005 (ver Tabela 4), correspondendo ao incremento de 5,6 novas favelas por ano, ficou em uma situação inferior à AP 4 no que se refere à sua população em favelas, com incremento da população na ordem de 4,8% anuais,

Tabela 5: Taxas Anuais de Crescimento da População Total, Residente em Favelas e em Não Favelas (10) do Município do Rio de Janeiro (1991-2000)

Áreas de Planejamento	Total	Favelas	Não Favelas
AP 1	-1,34	-1,13	-1,42
AP 2	-0,42	1,54	-0,72
AP 3	0,14	1,43	-0,22
AP 4	2,90	8,00	2,63
AP 5	2,07	4,84	1,75
Município	0,73	2,40	0,38

Fonte: RIO estudos. Coleção estudos da cidade, nº46. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2002. Tabela elaborada a partir da tabulação realizada pelo Instituto Pereira Passos (RIO estudos, 2002, op.cit.) com base nos resultados dos Censos do IBGE de 1991 e de 2000.

entre 1991 e 2000. No que diz respeito à importância desse aumento, deve-se considerar que a ocupação por favelas é bem recente em algumas das regiões administrativas da AP 4, que apresentavam pouquíssimas ou mesmo nenhuma favela em 1990, como Guaratiba, que tem a maior parte de sua área situada na Unidade de Conservação representada pelo Parque Estadual da Pedra Branca.

Levando-se em conta o baixo índice de novas favelas, supõe-se que o incremento se deu em termos de expansão e densificação na AP 2, reforçando a tendência da década de 1980, já que foi registrado o número de apenas uma nova favela, contra duas, entre 1991 e 2005.

A análise da Tabela 6 traz componentes importantes para a compreensão da dinâmica demográfica do município e complementa as informações anteriores ao apresentar as taxas de crescimento populacional total, nas favelas e não favelas, tanto nas APs como em suas respectivas regiões administrativas.

Entre 1991 e 2000, o crescimento da população total da cidade foi de 0,73% ao ano, maior do que o da década anterior, de 0,67%. Deste crescimento, o da população em favelas correspondeu a 2,4% ao ano, enquanto o do resto da cidade foi de apenas 0,38% (ver Tabela 5). As favelas crescem, portanto, seis vezes mais do que o asfalto (RIO estudos, 2002). Dessa forma, houve um acréscimo considerável na taxa de crescimento da população em favelas, já que na década de 1980 correspondeu a 1,06% ao ano, conforme mostrado, anteriormente, na Tabela 1.

Em relação ao aumento da população residente em favelas, as áreas de Planejamento 2 e 3 não se diferenciaram muito em termos relativos, com taxas anuais de 1,5% e 1,4% respectivamente (ver Tabela 5), embora em termos absolutos a diferença tenha sido bem significativa, com aumento de 19.434 moradores na AP 2 e de 64.213 na AP 3 (ver Tabela 8).

Nas APs 1 e 2, as taxas de crescimento da população foram negativas, sendo que na AP 1, tanto as favelas como as não favelas apresentaram decréscimo de população. No caso da AP 2, o decréscimo ocorreu apenas nas áreas que não são favelas. Nesta AP, o incremento das favelas correspondeu a 1,54%, um pouco mais que o dobro da média do município.

Na AP 3, as favelas cresceram a uma taxa média anual de 1,43%, enquanto a população das demais áreas residenciais diminuiu 0,22% ao ano e o crescimento na AP como um todo foi de 0,14%. Esse fato pode indicar uma mobilidade residencial para as favelas, e, ao mesmo tempo, a migração que vem ocorrendo, sobretudo de setores de classe média, para outras áreas da cidade, por conta da violência vivenciada na região, da qual fazem parte o Complexo do Alemão e o Complexo da Maré, áreas onde o tráfico de drogas tem um grande alcance.

Entretanto, nessa mesma área, regiões administrativas importantes apresentaram decréscimo de população em favelas, como Ramos, Inhaúma, Méier e Jacarezinho. Por outro lado, o incremento foi muito grande – superior a 5% – em outras regiões, como Anchieta, Penha, Ilha do Governador. Essa última apresentou um crescimento cinco vezes maior em relação às demais áreas residenciais que não constituem favelas.

Tabela 6: Taxas Médias Anuais de Crescimento da População Total, Residente em Favelas e em Não Favelas (1991-2000)

Regiões Administrativas ⁽¹⁾	TOTAL	Favelas	Não Favelas
Município	0,73	2,40	0,38
Área de Planejamento 1	-1,34	-1,13	-1,42
I RA Portuária	-1,09	0,24	-2,00
II RA Centro	-2,49	-	-2,49
III RA Rio Comprido	-1,24	-0,17	-1,68
VII RA São Cristóvão	-1,26	-2,64	-0,23
XXI RA Paquetá	0,55	-	0,55
XXIII RA Santa Teresa	-0,88	-0,73	-0,92
Área de Planejamento 2	-0,42	1,54	-0,72
IV RA Botafogo	-0,59	0,88	-0,67
V RA Copacabana	-0,59	2,29	-0,77
VI RA Lagoa	-0,21	2,71	-0,50
VIII RA Tijuca	-0,81	-0,10	-0,92
IX RA Vila Isabel	-0,75	-0,66	-0,76
XXVII RA Rocinha	3,07	3,07	-
Área de Planejamento 3	0,14	1,43	-0,22
X RA Ramos	0,21	-1,21	0,80
XI RA Penha	0,13	4,93	-1,00
XII RA Inhaúma	-0,61	-1,39	-0,52
XIII RA Méier	-0,67	-0,05	-0,73
XIV RA Irajá	-0,43	0,98	-0,62
XV RA Madureira	-0,01	1,76	-0,23
XX RA Ilha do Governador	0,78	1,89	0,39
XXII RA Anchieta	0,98	6,05	0,52
XXV RA Pavuna	1,06	2,34	0,37
XXVIII RA Jacarezinho	-1,33	-1,71	2,00
XXIX RA Complexo do Alemão	0,63	1,09	-1,97
XXX RA Maré	2,00	1,25	3,33
Área de Planejamento 4	2,90	8,00	2,63
XVI RA Jacarepaguá	1,89	7,55	1,72
XXIV RA Barra da Tijuca	6,57	9,84	5,97
Área de Planejamento 5	2,07	4,84	1,75
XVII RA Bangu	1,12	3,15	0,80
XVIII RA Campo Grande	2,66	4,76	2,50
XIX RA Santa Cruz	2,26	9,99	1,50
XXVI RA Guaratiba	5,78	12,77	5,55

Fonte: RIO estudos. *Coleção estudos da cidade*, nº46. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2002.

Tabela elaborada a partir da tabulação realizada pelo Instituto Pereira Passos (RIO estudos, 2002, op.cit.) com base nos resultados dos Censos do IBGE de 1991 e 2000.

Nota : (1) As regiões administrativas sofreram alterações a partir de 1991. Tais alterações foram incorporadas nesta tabela, que é apresentada de forma diferente da Tabela 1, que mostra a divisão por Áreas de Planejamento e regiões administrativas anteriores a 1991, cujos dados também são anteriores a esta data. Os limites das Áreas de Planejamento não sofreram alterações, o que não traz prejuízo à análise por AP privilegiada neste artigo. Os dados de 1991 para Rocinha, Complexo do Alemão, Maré, Lagoa, Ramos e Inhaúma, que foram criadas depois do Censo ou tiveram seus limites alterados, foram obtidos através da compatibilização entre os setores censitários.

Em média, a população das favelas da Zona Sul, representada na Tabela 6 pelas regiões administrativas de Botafogo, Copacabana, Lagoa, Rocinha, cresceu cerca de 2% ao ano, enquanto a população dos residentes fora das favelas encolhia, em média, 0,7%. Esse crescimento na Zona Sul da cidade ocorreu mais por adensamento ou expansão das favelas já existentes do que pelo surgimento de novas favelas. Essa mudança foi observada especialmente na Lagoa, correspondendo a 2,7% ao ano, enquanto na região administrativa como um todo foi de -0,21%.

É interessante atentarmos para o caso da Rocinha, que apresentou taxas bem elevadas em relação às demais regiões administrativas da AP 2, com 3,07% de aumento, figurando entre as maiores do município. O comportamento demográfico da Região Administrativa da Rocinha também foge, deste modo, do padrão das demais regiões administrativas da Zona Sul, as quais apresentaram decréscimo populacional.

Um terço do aumento da população em aglomeradas favelas ocorreu na Barra da Tijuca e em Jacarepaguá. Estas regiões administrativas situadas na AP 5 apresentaram taxas de 10% e 7%, respectivamente. Nas áreas formais destas regiões administrativas, o mesmo crescimento correspondeu a 1,7% e 6%, também elevados e bem superiores à média do município, que foi de 0,73%.

O crescimento das favelas ocorreu tanto à custa do crescimento horizontal e vertical das favelas já existentes como do surgimento de novas, especialmente na área do maciço da Pedra Branca, Unidade de Conservação situada na região, conforme verificado anteriormente.

Na AP 5, houve um crescimento de 2,07% ao ano, enquanto nas favelas foi mais do que o dobro, correspondendo a 4,84% ao ano, conforme mostra a Tabela 5. De acordo com a Tabela 7, em todas as RAs o incremento foi significativo no período, com destaque para Guaratiba..

A análise da distribuição da população das áreas de Planejamento nas áreas que não são favelas e nas favelas, a partir da Tabela 8, nos permite reforçar os aspectos expostos anteriormente, assim como fornecer outros elementos importantes para o exame da dinâmica demográfica no espaço intraurbano do município.

Tabela 7: População Residente em Favelas e Taxa de Crescimento Anual da População em Favelas nas Regiões Administrativas da Área de Planejamento 5

Regiões Administrativas da Área de Planejamento 5	1991	2000	Taxa de crescimento anual
Guaratiba	1.462	4.313	12,77
Santa Cruz	16.613	39.153	9,99
Campo Grande	24.940	37.894	4,76
Bangu	74.476	98.558	3,15
Total	117.491	179.849	4,84

Fonte: RIO estudos. Coleção estudos da cidade, nº46. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2002. Tabela elaborada a partir da tabulação realizada pelo Instituto Pereira Passos (RIO estudos, 2002, op.cit.) com base nos resultados dos Censos do IBGE de 1991 e 2000.

Tabela 8: População Residente em Não Favelas, em Favelas e Participação Percentual nas Áreas de Planejamento do Município do Rio de Janeiro (1991-2000)

APs	Total	1991			2000			
		População em não favelas	População em favelas	% População em favelas	População em não favelas	População em favelas	% População em favelas	
AP 1	303.695	218.107	85.588	28,18	268.942	191.697	77.245	28,72
AP 2	1.034.612	907.051	127.561	12,33	996.131	849.751	146.380	14,69
AP 3	2.323.990	1.844.329	479.661	20,64	2.352.582	1.807.571	545.011	23,17
AP 4	526.302	454.120	72.182	13,71	680.895	573.729	144.298	21,19
AP 5	1.292.179	1.174.688	117.491	9,09	1.553.364	1.373.515	179.849	11,58
Município 5.	4.480.778	4.598.295	882.483	16,10	5.851.914	4.759.131	1.092.783	18,67

Fonte: Rio estudos. *Coleção estudos da cidade*, nº 46. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2002. Tabela elaborada a partir da tabulação realizada pelo Instituto Pereira Passos (Rio estudos, 2002, op.cit.) com base nos resultados dos Censos do IBGE de 1991 e 2000.

No município como um todo houve um aumento percentual da população em favelas (de 16% em 1991 a 18,6% em 2000) e, como não poderia deixar de ser, a participação da população residente fora destas áreas diminuiu (de 84% em 1991 para 81,4% em 2000).

Os resultados quanto à participação da população residente nas favelas em relação à distribuição no interior do município podem parecer, à primeira vista, contraditórios se comparados às análises feitas anteriormente, mas, de fato, consolidam alguns aspectos já levantados. Esse fato ganha destaque ao observarmos, de imediato, o maior percentual de população em favelas na AP1, tanto em 1991 como em 2000, com números relativos bem próximos nas duas datas, correspondentes a 28,18% e 28,72%, respectivamente. Em todas as situações apresentadas na Tabela 3 verificaram-se na AP 1 as menores ocorrências em relação às demais áreas de Planejamento, além de ter sido a que apresentou menor taxa de crescimento da população em favelas (Tabela 5).

O maior decréscimo na taxa de crescimento da população total (que passou de 218.107, em 1991, para 191.697, em 2000), e da população residente fora das áreas de favelas fez com que a participação da população das áreas informais fosse maior e permanecesse alta em relação ao período anterior. É importante considerar que as favelas mais antigas e consolidadas da cidade fazem parte desta área de Planejamento, como Mangueira, Morro da Providência, Morro de São Carlos, Catumbi, Morro da Mineira, Morro dos Prazeres. Tais favelas contribuem com os maiores contingentes populacionais da área, pois todas possuem mais de 3.000 habitantes.

A AP3 apresenta a maior população nas três situações e constitui a segunda AP com maior percentual de pessoas residentes em favelas. Ela teve seu percentual aumentado em parte em função da diminuição da população que não mora em favelas, de -0,22% anuais, apesar de ter havido um aumento considerável dos residentes em favelas que passou de 479.661, em 1991, para 545.011 habitantes, em 2000.

Dessa maneira, tanto no caso das APs 1 e 3, como na AP2, o aumento da proporção de população em favelas, entre 1991 e 2000, se deu, em grande parte, face ao decréscimo da população dos que não moram em favelas, tendo em vista que as três APs apresentaram comportamento demográfico negativo neste último caso.

Por outro lado, nas duas outras áreas de Planejamento, 4 e 5, o aumento proporcional da população em favelas foi bem maior do que as mencionadas anteriormente, e, ao contrário dessas, podemos dizer que tal acréscimo ocorreu exclusivamente em função do grande aumento da população em favelas. No caso da AP 4, a população em favelas dobrou no entre 1991 e 2000, passando de 72.182 para 144.298 (Tabela 8).

Ao lançarmos o olhar nas regiões administrativas, conforme a Tabela 9, observamos que, na AP1, as duas que tiveram destaque quanto ao percentual de população em favelas nos dois períodos foram a Área Portuária e São Cristóvão. Embora tenham mantido, em 2000, os maiores percentuais da área de Planejamento, tiveram comportamento diferenciado quanto ao seu dinamismo, tendo em vista que a primeira apresentou um aumento em torno de 5% e a outra um decréscimo no mesmo valor percentual.

Nas APs 2 e 3, algumas favelas ou complexos de favelas foram transformados em regiões administrativas, daí os maiores percentuais, tanto em 1991 como em 2000. Trata-se do caso da Rocinha (AP2), do Jacarezinho, do Complexo do Alemão e da Maré (AP3). A Rocinha contribuiu, em 1991, com cerca de 33% e, em 2000, representava 38% do total da população em favelas de toda a AP2. Os complexos do Jacarezinho, do Alemão e da Maré representavam juntos 31%, em 1991, e 29%, em 2000, do total da população em favelas da AP3.

Os aspectos tratados anteriormente consolidam a tendência de crescimento da periferia do município, tanto por conta do aumento de sua população total como da população em favelas, aspecto que será reforçado a seguir.

Tabela 9: População Residente em Não Favelas, em Favelas e Participação Percentual da População Residente em Favelas no Total da População das Regiões Administrativas e das Áreas De Planejamento do Município do Rio de Janeiro (1991-2000)

Regiões Administrativas ⁽¹⁾	POPULAÇÃO EM 1991				POPULAÇÃO EM 2000			
	TOTAL	Não Favelas	Favelas	Favelas (%)	TOTAL	Não Favelas	Favelas	Favelas (%)
Município	5.480.778	4.598.295	882.483	16,10	5.851.914	4.759.131	1.092.783	18,67
AP 1	303.695	218.107	85.588	28,18	268.942	191.697	77.245	28,72
I Portuária	44.085	27.057	17.028	38,63	39.955	22.555	17.400	43,55
II Centro	49.095	49.095	0	0,00	39.116	39.116	0	0,00
III Rio Comprido	82.344	59.115	23.229	28,21	73.628	50.752	22.876	31,07
VII São Cristóvão	80.360	43.937	36.423	45,32	71.680	43.049	28.631	39,94
XXI Paquetá	3.257	3.257	0	0,00	3.421	3.421	0	0,00
XXIII Santa Teresa	44.554	35.646	8.908	19,99	41.142	32.804	8.338	20,27

Tabela 9 – cont.: População Residente em Não Favelas, em Favelas e Participação Percentual da População Residente em Favelas no Total da População das Regiões Administrativas e das Áreas De Planejamento do Município do Rio de Janeiro (1991-2000)

Regiões Administrativas ⁽¹⁾	POPULAÇÃO EM 1991				POPULAÇÃO EM 2000			
	TOTAL	Não Favelas	Favelas	Favelas (%)	TOTAL	Não Favelas	Favelas	Favelas (%)
AP 2	1.034.612	907.051	127.561	12,33	996.131	849.751	146.380	14,69
IV RA Botafogo	251.668	238.327	13.341	5,30	238.673	224.243	14.430	6,05
V RA Copacabana	169.680	161.059	8.621	5,08	160.834	150.266	10.568	6,57
VI RA Lagoa	177.072	162.864	14.208	8,02	173.744	155.668	18.076	10,40
VIII RA Tijuca	194.483	168.043	26.440	13,60	180.817	154.607	26.210	14,50
IX RA Vila Isabel	198.817	176.758	22.059	11,10	185.750	164.967	20.783	11,19
XXVII RA Rocinha	42.892	0	42.892	100,00	56.313	0	56.313	100,00
AP 3	2.323.990	1.844.329	479.661	20,64	2.352.582	1.807.571	545.011	23,17
X Ramos	147.497	102.056	45.441	30,81	150.352	109.609	40.743	27,10
XI Penha	314.981	265.855	49.126	15,60	318.649	242.879	75.770	23,78
XII Inhaúma	137.539	122.126	15.413	11,21	130.156	116.568	13.588	10,44
XIII Méier	423.013	384.829	38.184	9,03	398.251	360.231	38.020	9,55
XIV Irajá	210.889	187.187	23.702	11,24	202.876	176.998	25.878	12,76
XV Madureira	373.753	335.132	38.621	10,33	373.452	328.270	45.182	12,10
XX Ilha do Governador	197.158	148.787	48.371	24,53	211.377	154.153	57.224	27,07
XXII Anchieta	141.587	132.038	9.549	6,74	154.521	138.317	16.204	10,49
XXV Pavuna	179.256	119.444	59.812	33,37	197.066	123.441	73.625	37,36
XXVIII Jacarezinho	41.079	3.686	37.393	91,03	36.428	4.405	32.023	87,91
XXIX Alemão	62.037	10.446	515.91	83,16	65.637	8.734	56.903	86,69
XXX Maré	95.201	32.743	62.458	65,61	113.817	43.966	69.851	61,37
AP 4	526.302	454.120	72.182	13,71	680.895	573.729	144.298	21,19
XVI Jacarepaguá	428.073	369.244	58.829	13,74	506.760	430.665	113.227	22,34
XXIV Barra da Tijuca	98.229	84.876	13.353	13,59	174.135	143.064	31.071	17,84
AP 5	1.292.179	1.174.688	117.491	9,09	1.553.364	1.373.515	179.849	11,58
XVII Bangu	595.960	521.484	74.476	12,50	658.968	560.470	98.498	14,95
XVIII Campo Grande	380.942	356.002	24.940	6,55	482.492	444.598	37.894	7,85
XIX RA Santa Cruz	254.503	237.890	16.613	6,53	311.120	271.976	39.144	12,58
XXVI RA Guaratiba	60.774	59.312	1.462	2,41	100.784	96.471	4.313	4,28

Fonte: Rio estudos. *Coleção estudos da cidade*, nº 46. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2002.

Tabela elaborada com base na tabulação realizada pelo Instituto Pereira Passos (RIO estudos, 2002, op.cit.) de acordo com os resultados dos Censos do IBGE de 1991 e 2000.

Nota: (1) As regiões administrativas sofreram alterações a partir de 1991. Tais alterações foram incorporadas nesta tabela, que se apresenta de forma diferente Tabela 1, que mostra a divisão por Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas anteriores a 1991, tendo em vista os dados apresentados também serem anteriores a esta data. Observar que os limites das Áreas de Planejamento não sofreram alterações, o que não traz prejuízo à análise por Área de Planejamento privilegiada neste texto. Os dados de 1991 para Rocinha, Complexo do Alemão, Maré, Lagoa, Ramos e Inhaúma, que foram criadas depois do Censo ou tiveram seus limites alterados, foram obtidos através da compatibilização entre os setores censitários.

Periferia do Rio de Janeiro: o caminho das favelas

A análise das informações de crescimento das favelas e seu direcionamento para a periferia do município, trazida nas seções anteriores, acompanham a tendência do crescimento do município no mesmo sentido, conforme observamos anteriormente na Tabela 6.

Em relação ao crescimento da população total nas áreas de Planejamento, verifica-se o aumento das taxas conforme o distanciamento das áreas centrais do município. Desta forma, há um aumento da taxa de crescimento da população de forma crescente da AP1 em direção à AP5, sobressaindo a AP4, com índice de crescimento de 2,90% ao ano. A mesma AP também sobressai quanto à taxa de crescimento das favelas, correspondente a 8% anuais, no período compreendido entre 1991-2000.

Essa tendência se repete em relação às áreas que não são favelas de forma bem nítida, e de maneira mais branda nas favelas (ver Tabela 6). Contudo, no último caso, a diferença desse incremento é acentuada entre as APs, saltando de 1,13% de crescimento na AP1 para 8% na AP4.

A tabela seguinte resume os dois períodos aqui tratados, complementando as observações anteriores, ao mostrar a evolução do número de favelas desde 1980 evidenciando o seu crescimento no município do Rio de Janeiro.

TABELA 10: Número de Favelas no Município do Rio de Janeiro em 1980, 1990 e 2005, segundo as Áreas de Planejamento

Áreas de Planejamento	1980	1990	2005
AP 1	49	52	63
AP 2	49	50	52
AP 3	225	260	312
AP 4	69	93	150
AP 5	68	90	173
Total	460	545	750

Fontes: IPLANRio. Cadastro de favelas, 1983 / Rio estudos. Coleção estudos da cidade, n°233. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006.

Entre 1980 e 2005, houve um acréscimo de 290 novas favelas, representando um aumento na ordem de 64% no período. O mais significativo, no entanto, se deu no segundo período. Se entre 1980 e 1990 foi de 85 favelas em todo o município, entre 1990 e 2005 foi de 205 novas favelas, representando um acréscimo anual de cerca de 13,6 favelas contra 8,5 no período anterior, conforme mostrado na Tabela 4.

Os dados também revelam que esse crescimento ocorreu sobretudo no Parque Estadual da Pedra Branca e no seu entorno, onde se situa grande parte das áreas de Planejamento 4

e 5 (ver Mapa 1). Nessas mesmas áreas também foi significativo o incremento de novas favelas, assim como a expansão e a densificação das já existentes, como vimos anteriormente.

O Parque Estadual da Pedra Branca, criado em 1974 no governo Chagas Freitas, representa 16% do território municipal e corresponde a todo o maciço da Pedra Branca acima da cota de 100 metros de altitude, de acordo com o Mapa 1. Abrange diversos bairros da AP 5, como Campo Grande, Bangu, Realengo; e da AP 4 como Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes. Estes bairros constituem áreas recentes de expansão imobiliária e demográfica no município, sendo a proliferação das favelas também um componente deste processo. O fato de as regiões administrativas de Bangu (XVII) e Jacarepaguá (XVI), ambas situadas parcialmente na área do maciço, terem apresentado, entre 1980 e 1990, o maior número de novas favelas em relação ao restante do município, assim como o maior número de favelas em que houve expansão e adensamento de forma simultânea (Tabela 3), ratifica as afirmativas anteriores. Do mesmo modo, o incremento de novas favelas ainda maior no período posterior (ver Tabela 4) e o crescimento da população na década de 1990 (ver Tabela 6) também nos ajudam a consolidar tal tendência.

Particularmente na vertente norte do maciço, correspondente aos bairros de Bangu, Realengo e Campo Grande, a ocupação desordenada das encostas vem crescendo rapidamente.

Assim, duas fortes razões se complementam para a ocupação do referido maciço. A primeira estaria associada ao fato de ele comportar bairros que correspondem às principais áreas de expansão do município, situados na Zona Oeste e periferia do município. A outra razão se daria em função de o mesmo abrigar uma Unidade de Conservação. Sobre este último aspecto, convém ressaltar que as Unidades de Conservação constituem as últimas fronteiras a serem ocupadas, por possuírem ainda espaços ociosos dentro da cidade. Tais vazios se justificam por corresponderem a terras menos valorizadas, já que são áreas potenciais de risco. Representam, portanto, um dos vetores de crescimento das favelas e, de certa forma, a periferia da periferia.

A favela ocupou na cidade as áreas menos valorizadas, formadas inicialmente pelas encostas próximas ao Centro que não haviam sido ocupadas, em razão de problemas geotécnicos que demandavam volumosos recursos para a sua solução, e hoje se fixam em áreas de proteção ambiental ainda desocupadas, que apresentam os mesmos problemas geotécnicos.

Este fato se reveste de importância ao considerarmos que os parques florestais foram durante muito tempo esquecidos pelas autoridades, o que contribuiu para a aceleração do processo de ocupação. Entretanto, com a “onda verde”, trazida sobretudo pela Eco92, a atenção do poder público e da sociedade em geral direciona-se cada vez mais para a questão ambiental, verificando-se um maior número de iniciativas com o objetivo de controlar o avanço das ocupações nas áreas protegidas. Mas, em curto prazo, ainda não se observa

retenção significativa nesse processo, apesar do aumento da fiscalização e da atuação do poder público nessas regiões.

No caso da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá, a partir da década de 1970, houve uma intensa valorização do solo urbano em muitas de suas áreas, cujo reflexo se faz sentir num acelerado processo de ocupação, pelas populações de baixa e de alta renda. Os agentes imobiliários e o Estado tiveram participação efetiva neste processo, no qual se destacam a melhoria de acessos pela Zona Sul e a implantação do Plano Piloto da Barra da Tijuca, empreendidas pelo Estado em consórcio com a iniciativa privada.

Para os grupos de maior poder aquisitivo, representou a busca do setor(11) de amenidades da cidade. A distância do Centro, a proximidade da praia e a existência de maiores espaços disponíveis guiaram e guiam, de certa forma, essa tendência.

Para a população de baixa renda, também representou uma alternativa por dois motivos. O primeiro deve-se à existência de espaços ociosos que ficaram por muito tempo distantes do controle do Estado e dos grupos imobiliários. O outro se associa à criação de bairros exclusivos dos grupos de alto *status*. Os bairros mais ricos favoreceram a ocupação também por grupos de baixa renda em suas proximidades. Entre as condições propícias para o estabelecimento da população mais pobre, podemos destacar a criação de empregos nas áreas mais ricas. As obras de infraestrutura, como a própria construção civil, atraíram muitos trabalhadores para o setor formal num primeiro momento. Posteriormente, a demanda por serviços ampliou a oferta de empregos informais. Assim sendo, a busca por espaços mais valorizados, representativos de setores de crescimento da classe média e alta, como a Barra da Tijuca, propiciou a ocupação de áreas menos valorizadas na própria Barra da Tijuca, próximas aos rios, por exemplo, assim como nas áreas de encostas do maciço da Pedra Branca, situadas, sobretudo, em Jacarepaguá.

Em nenhuma outra parte do Rio de Janeiro a expansão simultânea de ocupações de alta e baixa renda foi tão marcante como em Jacarepaguá e Barra de Tijuca. Isto repercute através de uma forte segregação residencial, marcada por extremos de pobreza e de riqueza. No entanto, há que sublinhar uma diferença significativa entre Jacarepaguá e Barra da Tijuca, pelo fato de a primeira constituir uma área de ocupação mais antiga e possuir maior heterogeneidade quanto aos segmentos sociais que dela fazem parte.

Em que pesem as diversas iniciativas de coibir a proliferação dos assentamentos de baixa renda, o poder público tornou-se impotente para tal. Isto se deve tanto ao momento político, impróprio para medidas repressivas e de remoção, quanto à necessidade de um setor informal que atenda aos interesses da construção civil e à demanda dos serviços da população residente em setores de *status* mais alto.

Conclusão

Com base nas informações obtidas em documentos da Prefeitura do Rio de Janeiro e dos dados do IBGE, foi possível estabelecer as características do processo de favelização no município do Rio de Janeiro quanto ao seu direcionamento e à sua expansão na cidade.

Na análise realizada, constatou-se que as características e tendências identificadas no município durante a década de 1980 estão sendo consolidadas nas décadas subsequentes, tais como o direcionamento das favelas para sua periferia, a consolidação da Barra da Tijuca, de Jacarepaguá e das demais áreas da Zona Oeste como as principais áreas de expansão das favelas no município, assim como uma maior diferenciação interna da própria periferia. Dessa forma, é possível apontar inclusive a periferização da própria periferia do município.

Essa tendência pode ser responsável por maiores níveis de complexidade quanto às características dos fluxos dos movimentos residenciais que têm ocorrido simultaneamente. Assim sendo, tanto o crescimento negativo como o positivo, observados nas áreas de Planejamento, nos levam a considerar que esses movimentos podem ser representados pelo deslocamento da população das áreas de favelas para o asfalto, pela fuga da classe média das áreas de risco, associada à violência, para outros bairros da cidade, pela descida do morro de parte da população favelada para as áreas do entorno que estão sendo abandonadas pela classe média e pelo movimento de diversos segmentos sociais para outros municípios da Região Metropolitana.

Dessa maneira, embora haja um padrão básico já delineado, centro e periferia, novos rearranjos espaciais diversificados estão sendo identificados no município.

Outro aspecto a destacar refere-se à ocupação da maior Unidade de Conservação do município e do seu entorno por população de baixa renda. As “áreas protegidas” representam, de certa forma, a periferia dentro da periferia. Constituem, desse modo, um aspecto senão peculiar, mas muito relevante no caso do Rio de Janeiro, o qual põe à tona questões socioambientais fundamentais.

As tendências apontadas neste artigo acompanham, assim, o comportamento dos demais municípios da Região Metropolitana. Sobre esse aspecto, Jardim (2004)(12) constata, em estudo sobre migração na metrópole do Rio de Janeiro, que “há o deslocamento da população de baixa renda para lugares mais distantes dos principais centros da periferia metropolitana, a exemplo do aumento de favelas na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro”.

Notas

1) Corresponde, hoje, ao IBGE.

2) Apesar dessa desaceleração ser associada às políticas de remoção, considerar que houve uma subestimação dos resultados do Censo de

1980, em razão de problemas operacionais, conforme observado por P. CAVALLIERE (1985), J.S. OLIVEIRA (1985), V.G. COSTA (1997).

3) Disponível em www.armazemdedados.estudos.e.pesquisas.rio.rj.gov.br.

4) A diferença entre os resultados da Prefeitura e do IBGE é tratada por L. PARISSÉ (1969), P. CAVALLIERE (1985), J.S. OLIVEIRA (1985), V.G. COSTA (1997).

5) O banco de dados que armazenava em 2000 essas informações é o Banco de Dados de Estruturas Territoriais (BET).

6) A referência à Zona da Leopoldina faz-se basicamente por alusão aos bairros ocupados nas proximidades da via férrea – ramal da Leopoldina.

7) O IplanRio (Instituto de Planejamento do Município do Rio de Janeiro), órgão de Planejamento da Prefeitura do Rio, a partir de meados da década de 1990 passou a ser designado como Instituto Pereira Passos. Portanto, as referências diferenciadas, utilizadas neste artigo, referem-se apenas à mudança de nome, pois se trata do mesmo Instituto.

8) Ver nota 5.

9) Os dados de “favelas” referem-se à população residente nos *setores censitários especiais do tipo aglomerado subnormal* e “não favelas” aos demais *setores censitários não especiais*, que constituem as áreas residenciais que não são favelas. A definição de setores especiais e não especiais é feita pelo IBGE. O Instituto Pereira Passos utiliza a distinção entre *favela* e *não favela* para diferenciar a cidade formal da informal em algumas de suas tabulações e de seus estudos. Ver www.rio.gov.br.armazemdosdados.

10) Os dados de população em favelas para 1991 diferem dos dados originais do IBGE apresentados na Tabela 1. Embora a Prefeitura tenha trabalhado no sentido de compatibilizar suas informações com as do IBGE, até 1991 ainda havia divergências entre as duas fontes, tanto em relação ao número de favelas como ao de sua população. Possivelmente, na tabulação realizada, houve algum ajuste no sentido de adequar os dados dos setores de favelas do IBGE às favelas cadastradas pela Prefeitura. As questões de incompatibilidade dos dados estão colocadas em trabalhos que analisam os censos anteriores como L. PARISSÉ (1969); P. CAVALLIERE (1985); J.S. OLIVEIRA (1985); V.G. COSTA (1997).

11) “Setor”, nesse caso, é utilizado como sinônimo de áreas, partes da cidade. O termo é muito utilizado na Geografia no mesmo sentido (ver, por exemplo, R.L.CORRÊA, *Trajatórias geográficas*, Ed. Bertrand Brasil, 1997). A utilização deste termo com tal significado deve-se, em grande parte, à descrição dos esquemas clássicos de segregação residencial, tais como os descritos por Kohl, Burgess e Hoyt que dividem a cidade em setores para explicarem a distribuição das classes no espaço (ver esquemas e descrição dos modelos em R.L.CORRÊA. Espaço urbano, Ed. Ática, 1989).

12) A.P.JARDIM. Mobilidade Intrametropolitana: o “enobrecimento da periferia” e a “periferização” da metrópole do Rio de Janeiro nos anos 90. In *Geo Uerj- Revista do Departamento de Geografia*, 2004

(Recebido para publicação em 29/05/2011)